

PARATY ENERGIA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

PARATY ENERGIA LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Quotistas e Administradores da
Paraty Energia Ltda.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Paraty Energia Ltda. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidado da Paraty Energia Ltda em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) de debêntures e empréstimos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade apresenta um saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 4.375 na Controladora e R\$ 54.189 mil no Consolidado. Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 10 e 11, esses contratos possuem cláusulas restritivas contratuais (*covenants* financeiros e não financeiros), que exigem a manutenção de determinados índices financeiros.

Consideramos este um principal assunto de auditoria devido à materialidade dos saldos envolvidos e ao fato de que o descumprimento dessas cláusulas poderia resultar no vencimento antecipado das dívidas. Isso exigiria a reclassificação dos saldos do passivo não circulante para o passivo circulante, impactando significativamente a posição de liquidez da Sociedade, seu capital circulante líquido e, potencialmente, a premissa de continuidade operacional (*going concern*).

Além disso, o cálculo do ICSD requer o uso de informações contábeis específicas que demandam atenção rigorosa para garantir a conformidade com as definições estritas das escrituras de emissão.

Resposta da auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Lemos as escrituras de emissão de debêntures e os contratos de financiamento para compreender as definições exatas das fórmulas dos *covenants* financeiros e as obrigações de *covenants* não financeiros.
- Efetuamos o recálculo dos índices financeiros exigidos pelos contratos, com base nos saldos auditados das demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- Verificamos se a apresentação das dívidas no balanço patrimonial (entre Passivo Circulante e Não Circulante) estava em conformidade com as normas contábeis aplicáveis (CPC 26 / IAS 1), considerando a situação de cumprimento dos *covenants* na data-base do balanço;
- Revisão das divulgações: Avaliamos a adequação e a clareza das divulgações feitas pela Administração na Notas Explicativas nºs 10 e 11.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

PARATY ENERGIA LTDA.

CNPJ.: 31.102.147/0001-16

Balços patrimoniais individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.827	11.439	21.207	20.038	Empréstimos e financiamentos	10	4.375	7.500	5.396	16.323
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	19.426	45.596	22.767	48.011	Debêntures	11	-	-	3.738	-
Estoque de projeto para venda	-	-	-	-	32	Fornecedores	12	23.614	44.259	23.877	46.746
Outros créditos	-	1.330	376	3.942	604	Obrigações tributárias	13	1.033	307	2.182	1.032
Valor justo dos contratos de energia	21	75.570	63.275	75.570	63.275	Obrigações trabalhistas	-	7	10	454	383
Tributos a recuperar	-	1.106	762	1.635	1.365	Adiantamentos	14	5.382	9.077	5.499	9.177
Total circulante		109.258	121.448	125.121	133.326	Outros passivos	-	39	3.266	330	3.272
Não circulante						Valor justo dos contratos de energia	21	72.300	58.011	72.300	58.011
Valor justo dos contratos de energia	21	79.385	31.325	79.385	31.325	Arrendamento mercantil	-	-	-	165	-
Outros créditos	-	59	-	59	-	Total circulante		106.750	122.430	113.941	134.944
Aplicações financeiras	4	599	947	3.656	1.936	Não circulante					
Partes relacionadas	6	6.874	57	-	10	Empréstimos e financiamentos	10	-	4.375	17.718	23.040
Investimento	7	16.480	41.095	10.305	10.043	Debêntures	11	-	-	27.337	-
Imobilizado	8	1.544	1.614	48.464	47.388	Adiantamentos	14	781	1.606	781	1.606
Intangível	9	190	239	7.267	239	Partes relacionadas	6	182	4.093	-	-
Total não circulante		105.130	75.277	149.136	90.941	Tributo diferido	20.b	8.100	6.617	8.335	6.887
Total do ativo						Valor justo dos contratos de energia	21	58.812	19.435	58.812	19.435
		214.388	196.725	274.257	224.267	Arrendamento mercantil	-	-	-	6.991	-
						Total não circulante		67.875	36.125	119.974	50.967
						Patrimônio líquido					
						Capital social	15	16.876	16.876	16.876	16.876
						Quotas em tesouraria		(10.747)	(9.204)	(10.747)	(9.204)
						Reserva de lucros		33.635	30.497	33.635	30.497
						Total do patrimônio líquido		39.763	38.170	39.763	38.170
						Participação dos não controladores					
									-	578	186
						Total do passivo e patrimônio líquido		214.388	196.725	274.257	224.267

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARATY ENERGIA LTDA.

CNPJ.: 31.102.147/0001-16

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional	16	613.578	682.308	649.495	707.993
Custo de energia comprada e serviços prestados	15	(608.940)	(676.413)	(616.039)	(681.365)
Resultado do valor justo de contratos de energia	21	6.688	7.759	6.688	7.759
Lucro bruto		11.326	13.654	40.144	34.387
Receitas/(despesas) operacionais					
Gerais, comerciais e administrativas	18	(19.935)	(14.597)	(26.637)	(21.125)
Resultado de equivalência	7.b	22.705	18.633	357	986
Ganhos / (perdas) de investimentos	-	(1.128)	9	5.961	5.650
Outras receitas/(despesas)		783	763	313	849
(=) Lucro antes do resultado financeiro		13.750	18.462	20.137	20.747
Resultado financeiro					
Despesas/Receitas financeiras	19	68	(1.245)	(3.111)	(1.954)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		13.818	17.217	17.026	18.792
IR e CSLL corrente	20.a	(40)	-	(3.124)	(1.287)
IR e CSLL diferido	20.b	(1.483)	(3.408)	(1.457)	(3.601)
Lucro líquido do exercício		12.295	13.809	12.446	13.904
Lucro atribuído aos controladores				12.295	13.809
Lucro atribuído aos não controladores				151	95
				12.446	13.904

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARATY ENERGIA LTDA.

CNPJ.: 31.102.147/0001-16

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.295	13.809	12.446	13.904
Total do resultado abrangente do exercício	12.295	13.809	12.446	13.904
Lucro atribuído aos controladores			12.295	13.809
Lucro atribuído aos não controladores			151	95

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARATY ENERGIA LTDA.

CNPJ.: 31.102.147/0001-16

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Quotas em Tesouraria	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.876	-	-	19.066	-	35.942	99	36.042
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.809	13.809	95	13.905
Quotas em Tesouraria	-	-	(9.204)	-	-	(9.204)	-	(9.204)
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(2.378)	(2.378)	-	(2.378)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	11.432	(11.432)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>16.876</u>	<u>-</u>	<u>(9.204)</u>	<u>30.497</u>	<u>-</u>	<u>38.170</u>	<u>186</u>	<u>38.356</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.295	12.295	151	12.446
Quotas em Tesouraria	-	-	(1.544)	-	-	(1.544)	-	1.544
Distribuição de lucros	-	-	-	(9.158)	-	(9.158)	-	9.158
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	241	241
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	12.295	(12.295)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>16.876</u>	<u>-</u>	<u>(10.747)</u>	<u>33.635</u>	<u>-</u>	<u>39.763</u>	<u>577</u>	<u>40.341</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARATY ENERGIA LTDA.

CNPJ.: 31.102.147/0001-16

Demonstração do fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.818	17.217	17.026	18.792
Ajustes que não afetam o caixa				
Resultado de contratos futuros	(6.688)	(7.759)	(6.688)	(7.759)
IR e CSLL diferido	1.483	3.408	1.449	3.601
PIS/COFINS diferido	-	-	-	77
Outras movimentações	-	-	241	(9)
Equivalência patrimonial	(22.705)	(18.633)	(357)	(986)
Juros s/ debêntures	-	-	1.075	-
Depreciação e amortização	208	117	1.955	489
	<u>(13.884)</u>	<u>(5.649)</u>	<u>14.700</u>	<u>14.206</u>
Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	26.170	(35.197)	25.244	(37.555)
Estoque de projeto para venda	-	-	32	22.868
Impostos a recuperar	(954)	6	(3.338)	(414)
Outros créditos	(404)	(113)	(328)	38
Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	(20.644)	34.461	(22.870)	36.947
Salários e encargos sociais	726	(29)	1.150	95
Obrigações tributárias	(3)	7	72	(9)
Adiantamentos	(4.520)	6.508	(4.503)	8.213
Outros créditos	(3.227)	4.616	(2.942)	3.010
Arrendamento mercantil	-	-	7.157	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.523)	(3.408)	(4.580)	(4.888)
Caixa gerado das/(usado nas) atividades operacionais	<u>(18.264)</u>	<u>1.200</u>	<u>9.794</u>	<u>42.511</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Outros Créditos	-	-	-	-
Aplicações financeiras	348	(73)	(1.721)	(1.062)
Aquisição de investimento	(4.447)	(26.101)	(1.400)	(6.005)
Distribuição de lucros - Investimento	19.880	12.136	8.582	9.603
(Perdas)/ganhos de investimentos	31.887	-	(7.087)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(88)	1.122	(10.059)	(44.133)
Caixa usado nas atividades de investimento	<u>47.580</u>	<u>(12.916)</u>	<u>(11.685)</u>	<u>(41.597)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	(7.500)	(3.125)	(16.249)	8.702
Debêntures	-	-	30.000	-
Partes relacionadas	(10.728)	24.773	10	(10)
Distribuição de lucros	(9.158)	(2.378)	(9.158)	(2.378)
Quotas em tesouraria	(1.544)	(9.204)	(1.544)	(9.204)
Caixa gerado/(aplicado) das atividades de financiamento	<u>(28.930)</u>	<u>10.066</u>	<u>3.060</u>	<u>(2.889)</u>
(Decréscimo)/Acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>386</u>	<u>(1.649)</u>	<u>1.169</u>	<u>(1.975)</u>
No início do exercício	11.439	13.089	20.038	22.013
No final do exercício	11.827	11.439	21.207	20.038
(Decréscimo)/Acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>387</u>	<u>(1.649)</u>	<u>1.169</u>	<u>(1.975)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Paraty Energia Ltda. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 2018 com sede na cidade de São Paulo, SP. A Empresa iniciou suas atividades operacionais em 2020.

A Empresa tem por objeto:

- A comercialização de energia, no âmbito do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), como agente autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), organizada e regida nos termos de seu contrato social e demais disposições aplicáveis;
- Prestação de serviços de assessoria, consultoria, gestão estratégica de energia para consumidores e geradores;
- Participação em outras sociedades, exceto holdings;
- Holding de instituições não-financeiras; e
- Desenvolvimento e gestão de projetos de geração de energia elétrica.

As demonstrações contábeis consolidadas (“Consolidado”) e individuais (“Controladora”) da Paraty Energia Ltda., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, abrangem a Empresa e suas controladas. A Empresa consolidou integralmente as demonstrações contábeis das controladas: Paraty Geração de Energia e Participações Ltda., Paraty Soluções em Energia Ltda., Paraty Comercialização de Energia Ltda., Paraty Comercializadora de Energia e Participações Ltda., Paraty GD Conceição Ltda., Paraty O&M Ltda., Guarani Geração de Energia SPE Ltda. e Alta Energia Empreendimentos e Soluções Ltda. que estão registradas no seu balanço contábil no grupo de Investimentos.

A Paraty Geração de Energia e Participações Ltda. (Paraty Geração) é uma sociedade empresarial limitada, iniciou suas operações em 2020, tendo por objeto a geração e comercialização de energia elétrica, atuando como agente autorizado pela ANEEL, intermediação de compra e venda de energia elétrica, tanto no mercado interno bem como na importação e exportação, serviços de consultoria em projetos de eficiência energética e/ou geração de energia e participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista. A Paraty Geração de Energia e Participações Ltda. é acionista minoritária indireta da Energest S.A., detentora da concessão referente à usina hidrelétrica (UHE) Mascarenhas, com capacidade instalada de 198 MW e localizada no estado do Espírito Santo. A participação minoritária na UHE Mascarenhas se dá por meio da VH Participações Hidrelétricas do Brasil Ltda. (VH Participações), *joint venture* constituída entre a Empresa e a VH GSEO UK Holdings Limited, fundo de investimentos inglês listado na London Stock Exchange, com objetivo de realizar investimentos em empresas e em ativos do setor elétrico brasileiro.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Paraty Soluções em Energia Ltda. (Paraty Soluções) é uma sociedade empresarial limitada, iniciou suas operações em 2020, tendo por objeto a prestação de serviços de assessoria, consultoria, intermediação, orientação e assistência operacional para a gestão do negócio prestados a empresas e a outras organizações, em matéria de planejamento e organização. A Paraty Soluções em Energia Ltda é contratada pela Energest S.A., detentora da concessão de serviço público referente à usina hidrelétrica (UHE) Mascarenhas, para prestação de serviço de gestão comercial e operacional da usina em escopo amplo, por meio de contrato de longo prazo, com remuneração fixa mensal reajustada anualmente pela variação positiva do IPCA.

A Paraty Comercialização de Energia Ltda., anteriormente denominada Trindade Energia, (Paraty Comercialização) é uma sociedade empresarial limitada, iniciou suas operações em 2022, tendo por objeto a geração e comercialização de energia elétrica, atuando como agente autorizado pela ANEEL, intermediação de compra e venda de energia elétrica, tanto no mercado interno bem como na importação e exportação, serviços de consultoria em projetos de eficiência energética e/ou geração de energia e participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista.

A Paraty Comercializadora de Energia e Participações Ltda. (Paraty Comercializadora e Participações) é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 2019, tendo por objeto a geração e comercialização de energia elétrica, atuando como agente autorizado pela ANEEL, intermediação de compra e venda de energia elétrica, tanto no mercado interno bem como na importação e exportação, serviços de consultoria em projetos de eficiência energética e/ou geração de energia e participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista. Em 2024, a Paraty Comercializadora e Participações optou por deixar de ser agente autorizado pela ANEEL para comercialização de energia elétrica, por uma decisão interna da Administração. A Paraty Comercializadora e Participações consolida integralmente a participação na Paraty GD S.A. (Paraty GD), sociedade empresarial do grupo que tem por objeto atividades de holding de instituições não financeiras e desenvolvimento e construção de projetos solares para venda. Anteriormente, a Paraty GD era detida diretamente pela Empresa, com a conclusão da reorganização societária no grupo, a Paraty GD passou a ser subsidiária da Paraty Comercializadora e Participações (e indireta da Empresa). A Paraty GD, por sua vez, consolidava os estoques de projetos para venda e/ou a participação societária nas SPEs dos projetos de investimentos em geração de energia fotovoltaica até 2024. A partir de 2025, a Administração decidiu por encerrar os esforços de venda dos referidos projetos, e passou a consolidá-las enquanto Investimentos conforme o CPC 18.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Paraty GD Conceição Ltda. (Paraty GD Conceição) é uma sociedade empresarial limitada, em fase pré-operacional, tendo como objeto o desenvolvimento de projetos de geração de energia fotovoltaica, sobretudo no Estado da Paraíba, bem como o aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, em especial aparelhos elétricos, além de sua manutenção e reparação para a geração de energia fotovoltaica.

A Paraty O&M Ltda. (Paraty O&M) é uma sociedade empresarial limitada, constituída em dezembro de 2022 e tendo iniciado as suas operações em 2023. A Paraty O&M Ltda. é contratada pela Energest S.A. para prestação de serviços de operação e manutenção da usina, por meio de contrato de longo prazo, com remuneração fixa mensal reajustada anualmente pela variação positiva do IPCA. A Paraty O&M Ltda. possui filial no município de Baixo Guandu, no Estado do Espírito Santo.

A Guarani Geração de Energia SPE Ltda. (Guarani) é uma sociedade empresarial limitada, em fase pré-operacional, tendo como objeto a geração de energia elétrica e a distribuição de energia elétrica do projeto de pequena central hidrelétrica (PCH) localizada no Estado de Santa Catarina, tendo sido uma das vencedoras do Leilão de Energia Nova A-5 realizado pela ANEEL em agosto de 2025.

A Alta Energia Empreendimentos e Soluções Ltda. (Alta Energia) é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 2024, tendo como objeto a locação de imóveis próprios, serviços de consultoria em engenharia, prestação de serviços de manutenção, limpeza, reparação e demais serviços correlatos para máquinas e equipamentos, locação e sublocação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador e participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 17 de abril de 2026. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26 R1 (apresentação das demonstrações contábeis).

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 19 - Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros;
- Nota nº 20 - Provisão para contingência.

d) Base de consolidação das demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. Devido à irrelevância dos montantes referentes à participação dos acionistas não controladores, os respectivos valores não se encontram destacados nas demonstrações contábeis consolidadas. A consolidação abrange as demonstrações contábeis da Sociedade e das seguintes controladas diretas:

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social (R\$)	Participação %	
		2025	2024
Paraty Comercializadora de Energia Ltda.	33.549	100	100
Paraty Comercialização de Energia Ltda.	10.000.000	90	90
Paraty Geração de Energia Ltda.	2.225.000	100	100
Paraty Soluções em Energia Ltda.	10.000	99,98	99,9
Paraty GD Conceição Ltda.	10.000	99,9	100
Paraty O&M Ltda.	1.000	100	100
Alta Energia Empreendimentos & Soluções Ltda.	1.000	70	70
Guarani Geração de Energia SPE Ltda	50.000	100	-

A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com as Sociedades investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

3. Principais políticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo reconhecida a diferença nos correspondentes valores contábeis na demonstração do resultado.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento ou disponibilidade para liquidez imediata seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Consumidores, concessionárias e permissionárias.

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.4. Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Empresa e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

3.5. Valor justo dos contratos futuros de energia

A Empresa tem atualmente um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que compreende posições forward. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos.

3.7. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro trimestral excedente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou crédito tributário a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.10. Reconhecimento de receita e custo de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Empresa é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025

De acordo com as novas normas emitidas, até a data de emissão das demonstrações financeiras, caso sejam aplicáveis à Empresa, serão adotados conforme novos pronunciamentos e início de vigência, sendo consideradas a seguir:

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9 / CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	1º de janeiro de 2026
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil	1º de janeiro de 2027
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19. O modelo da Reforma está baseado no Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual") em duas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS")), que substituirá as tributações por meio do Programa de Integridade Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") e Imposto Sobre Serviços ("ISS"). Foi criado também um Imposto Seletivo ("IS"), de competência Federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.	1º de janeiro de 2027
Reforma tributária		

Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Sociedade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	72	131	269	132
Aplicação financeira	12.353	12.255	24.594	21.842
	<u>12.425</u>	<u>12.386</u>	<u>24.863</u>	<u>21.974</u>
Ativo circulante	11.827	11.439	21.207	20.038
Ativo não circulante	599	947	3.656	1.936
	<u>12.425</u>	<u>12.386</u>	<u>24.863</u>	<u>21.974</u>

As aplicações financeiras referem-se a operações com fundos de investimento de perfil conservador que aplicam em títulos públicos e/ou títulos de crédito privado, com remunerações que variam de acordo com a rentabilidade do CDI, e títulos de emissão bancária (CDB) de instituições financeiras de primeira linha, com remunerações atreladas ao CDI e liquidez diária ou limitada a até 90 dias.

As aplicações financeiras de longo prazo, classificadas como ativo não circulante, incluem depósitos dados em garantia para financiamentos e/ou depósitos recebidos em garantia de clientes (neste caso, com um passivo não circulante de montante equivalente associado).

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Faturadas	863	554	2.637	1.027
Não faturadas (1)	18.563	45.042	20.130	46.984
	<u>19.426</u>	<u>45.596</u>	<u>22.767</u>	<u>48.011</u>

(1) O saldo de "Não faturadas" é composto por provisões de vendas de energia, referentes à contratos de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cuja realização se deu em uma data-base, mas seu faturamento e recebimento ocorrem no mês subsequente.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Alta Energia Savassi Ltda	2.562	-	-	-
Guarani Geração de Energia SPE Ltda	468	-	-	-
Paraty Comercialização de Energia Ltda.	1	-	-	-
Paraty GD Alagoas Ltda.	-	32	-	-
Paraty GD Conceição Ltda.	-	25	-	10
Paraty Geração de Energia Ltda.	3.843	-	-	-
	<u>6.874</u>	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2024	2023
Passivo				
Paraty Comercialização de Energia Ltda.	182	2.177	-	-
Paraty G.D. Ltda.	-	1.599	-	-
Paraty G.D. SP I Ltda.	-	307	-	-
Paraty GD Conceição Ltda.	-	10	-	-
	<u>182</u>	<u>4.093</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As Partes Relacionadas referem-se a repasses financeiros e pagamentos de despesas para as empresas do grupo, conforme gestão de caixa integrada da Empresa e de suas afiliadas/subsidiárias.

7. Investimentos

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Paraty Comercializadora de Energia Ltda.	4.662	31.758	-	-
Paraty Geração de Energia Ltda	6.738	6.081	-	-
Paraty Comercialização de Energia Ltda.	2.137	2.345	-	-
Paraty Soluções Em Energia Ltda	871	679	-	-
Alta Energia Empreend. & Soluções Ltda	538	194	-	-
Paraty O&M	78	28	-	-
Paraty GD Conceição Ltda.	10	10	-	-
Guarani Geração de Energia SPE Ltda	1.446	-	1.400	-
Vh Participações Hidroelétricas do Brasil	-	-	8.905	10.043
	<u>16.480</u>	<u>41.095</u>	<u>10.305</u>	<u>10.043</u>

b) Movimentação

	Controladora						
	2024	Aporte (b)	Baixas	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	2025
Paraty Comercializadora de Energia Ltda. (a)	31.758	1.580	-	(30.759)	3.072	(989)	4.662
Paraty Geração de Energia Ltda	6.081	1.383	-	-	6.981	(7.707)	6.738
Paraty Comercialização de Energia Ltda.	2.345	25	-	(242)	9	-	2.137
Paraty Soluções Em Energia Ltda	679	9	-	-	10.576	(10.393)	871
Alta Energia Empreend. & Soluções Ltda	194	-	-	-	344	-	538
Paraty O&M	28	-	-	-	782	(732)	78
Paraty GD Conceição Ltda.	10	-	(886)	-	945	(59)	10
Guarani Geração de Energia SPE Ltda	-	1.450	-	-	(4)	-	1.446
	<u>41.095</u>	<u>4.447</u>	<u>(886)</u>	<u>(31.001)</u>	<u>22.705</u>	<u>(19.880)</u>	<u>16.480</u>

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 2025, após a entrada em operação de todas as usinas fotovoltaicas, a Paraty Comercializadora realizou reduções de capital concomitante à emissão de debêntures da subsidiária Paraty G.D S/A.
 (b) Foram realizados aportes para conclusão de ativos em andamento, bem como para aquisição de novos ativos ao longo de 2025.

	Consolidado						
	2024	Aporte	Ganhos	Perdas	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	2025
Vh Participações Hidroelétricas do Brasil	10.043	-	8.837	(1.750)	357	(8.582)	8.905
Guarani Geração de Energia SPE Ltda	-	1.400	-	-	-	-	1.400
	<u>10.043</u>	<u>1.400</u>	<u>8.837</u>	<u>(1.750)</u>	<u>357</u>	<u>(8.582)</u>	<u>10.305</u>

8. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Móveis e utensílios	391	385	391	385
Máquinas e equipamentos	25	26	73	26
Computadores e periféricos	294	332	294	332
Benfeitorias em bens de terceiros	147	185	147	185
Usinas	-	-	46.090	34.270
Imobilizado em andamento (1)	686	686	1.468	12.190
	<u>1.544</u>	<u>1.614</u>	<u>48.464</u>	<u>47.388</u>

- (1) O imobilizado em andamento refere-se ao desenvolvimento de projetos de geração de energia, bem como a ativos dos segmentos de transmissão, distribuição e subestações.

	Controladora					
	Taxa de depreciação (%)	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 2025
Móveis e utensílios	10%	385	41	-	(35)	391
Máquinas e equipamentos	10%	26	-	-	(1)	25
Computadores e periféricos	20%	332	20	(3)	(55)	294
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	185	30	-	(68)	147
Imobilizado em andamento	-	686	-	-	-	686
		<u>1.614</u>	<u>91</u>	<u>(3)</u>	<u>(159)</u>	<u>1.544</u>

	Consolidado						
	Taxa de depreciação (%)	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação acumulada	Saldo em 2025
Móveis e utensílios	10%	385	41	-	-	(35)	391
Máquinas e equipamentos	10%	26	48	-	-	(1)	73
Computadores e periféricos	20%	332	20	(3)	-	(55)	294
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	185	30	-	-	(68)	147
Usinas	4%	34.270	672	(289)	13.010	(1.573)	46.090
Imobilizado em andamento	-	12.190	2.288	-	(13.010)	-	1.468
		<u>47.388</u>	<u>3.099</u>	<u>(292)</u>	<u>-</u>	<u>(1.731)</u>	<u>48.464</u>

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direito de uso de software	190	239	190	239
Arrendamento mercantil	-	-	7.078	-
	<u>190</u>	<u>239</u>	<u>7.267</u>	<u>239</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direito de uso de software	190	239	190	239
Arrendamento mercantil	-	-	7.078	-
	<u>190</u>	<u>239</u>	<u>7.267</u>	<u>239</u>

	Consolidado						Saldo em 2025
	Taxa de depreciação (%)	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação acumulada	
Direito de uso de software	20%	239	-	-	-	(49)	190
Arrendamento mercantil	-	-	7.252	-	-	(174)	7.078
		<u>239</u>	<u>7.252</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(223)</u>	<u>7.267</u>

10. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	4.375	7.500	5.396	16.323
Não Circulante	-	4.375	17.718	23.040
	<u>4.375</u>	<u>11.875</u>	<u>23.115</u>	<u>39.363</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Itaú	-	-	-	8.205
Santander	4.375	11.875	-	11.875
BNB	-	-	23.114	19.283
	<u>4.375</u>	<u>11.875</u>	<u>23.114</u>	<u>39.363</u>

Em 2022, a controlada Paraty Geração celebrou contrato de empréstimo internacional, na modalidade da Lei 4131, com o Itaú Unibanco, no montante de € 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil euros) e prazo total de 3 (três) anos, atrelado a um instrumento derivativo (swap cambial para CDI), mitigando integralmente a exposição cambial por toda a duração do empréstimo, integralmente quitado em 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2023, a Empresa celebrou contrato de empréstimo internacional, na modalidade da Lei 4131, com o Santander, no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com prazo total de 34 meses, vincendo em agosto de 2026. O banco provedor do empréstimo, por meio de sua subsidiária local, realiza o swap cambial internamente, de modo que o empréstimo é em reais (CDI), mitigando integralmente a exposição cambial por toda a duração do empréstimo. As garantias relacionadas ao empréstimo incluem avais dos controladores e domicílio bancário simples de determinados recebíveis da Empresa.

Em 2024, as SPEs indiretamente controladas Paraty GD Alagoas Ltda. e Paraty GD Alagoas II Ltda. celebraram, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), contratos de financiamento para a construção de usinas solares, com prazo total de 228 (duzentos e vinte e oito) meses, no valor consolidado de R\$ 19.168.498,14 e vencimento em 2043. Ambos os financiamentos contam com cartas-fiança emitidas em benefício do BNB no montante integral de cada financiamento. Inicialmente, o banco fiador era o Banco Bradesco, o qual veio a ser substituído em 2025 pelo Itaú Unibanco, e conta com as garantias reais das usinas solares, as quais alienação fiduciária das quotas e cessão fiduciária dos recebíveis de longo prazo das usinas. O valor integral dos financiamentos foi desembolsado pelo BNB em 2024. A partir de 2025, com a entrada do Itaú Unibanco como fiador, passou a ser mensurado *covenant* financeiro de ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) a nível de cada SPE. Em 2025, os *covenants* foram integralmente cumpridos em cada uma das SPEs, conforme apresentado e detalhado nas respectivas demonstrações contábeis.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	-	-	3.738	-
Não Circulante	-	-	27.337	-
	-	-	31.075	-

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Debêntures	-	-	31.075	-
	-	-	31.075	-

Em 2025, foi realizada a 1ª Emissão de Debêntures Incentivadas Simples Não Conversíveis em Ações da Paraty GD S.A., tendo sido emitidas 30.000 debêntures simples, enquadradas como incentivadas de acordo com a Lei 12.431/2011, não conversíveis em ações, totalmente integralizadas (“Emissão” ou “Debêntures”). As Debêntures estão atreladas ao IPCA-IBGE e possuem remuneração de 10% a.a., parcelas semestrais de juros e amortização customizada, com vencimento em out/2043, e contemplam as garantias descritas no quadro abaixo, sem qualquer recurso ou garantia em relação à Empresa (controladora da Emissora):

Emissão	Quantidade	Eventos de Pagamento	Remuneração	Emissão Vencimento	Garantias
Moeda Nacional - R\$'000					
1ª Emissão de Debêntures Incentivadas (Lei 12.431/2011)	30.000	Juros e Amortização em 15/04 e 15/10 de cada ano até o vencimento	IPCA+10% a.a.	04/09/2025 15/10/2043	AF* de quotas da Emissora, AF* de quotas de parte das SPEs, CF** de recebíveis de parte das SPEs, AF* de DRS*** das SPEs, AF* de equipamentos de parte das SPEs
*AF - Alienação Fiduciária					
**CF - Cessão Fiduciária					
*** DRS - Direito Real de Superfície					

A partir do exercício de 2026, será apurado o covenant financeiro de ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) a nível da Emissora, conforme apresentado e detalhado na respectiva demonstração contábeis.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia	5.030	1.523	5.293	4.010
Não faturadas (1)	18.584	42.736	18.584	42.736
	<u>23.614</u>	<u>44.259</u>	<u>23.877</u>	<u>46.746</u>

- (1) O saldo de "Não faturadas" é composto por provisões de compra de energia de contratos de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de compra e o respectivo consumo de energia ocorreram em uma data base, tendo sido faturado e liquidado pelo fornecedor de energia no mês subsequente.

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recolher	775	293	775	293
ICMS ST a recolher	224	-	224	-
ISS a recolher	-	4	158	71
PIS e COFINS a recolher	-	-	120	88
IRPJ a recolher	-	-	601	301
CSLL a recolher	-	-	239	105
Outros a recolher	34	10	65	174
	<u>1.033</u>	<u>307</u>	<u>2.182</u>	<u>1.032</u>

14. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos de Clientes				
Circulante	5.382	9.077	5.499	9.177
Não Circulante	781	1.606	781	1.606
	<u>6.164</u>	<u>10.683</u>	<u>6.280</u>	<u>10.783</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos de Clientes				
Prestação de Serviço	737	450	853	550
Mercadoria	5.427	10.233	5.427	10.233
	<u>6.164</u>	<u>10.683</u>	<u>6.280</u>	<u>10.783</u>

A Empresa no curso ordinário de suas atividades possui determinados contratos com condicionantes relacionadas à conclusão ou sucesso de serviços prestados, ou com condições de pagamento antecipado na venda de mercadorias, resultando em cobertura financeira para tais serviços ou vendas em andamento. Tais montantes são efetivamente faturados e reconhecidos em resultado uma vez atingidas as condicionantes e marcos temporais estabelecidos nos contratos.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito da Empresa é de R\$ 16.876.000,00 (dezesseis milhões, oitocentos e setenta e seis mil reais), divididos em 16.876.000 (dezesseis milhões, oitocentos e setenta e seis mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado na presente data.

O capital social subscrito da Empresa está dividido entre os sócios da seguinte forma:

	<u>Quotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Percentual</u>
Paraty Holding Ltda.	12.476.000	12.476.000	73,93%
Quotas em Tesouraria (1)	4.400.000	4.400.000	26,07%
	<u>16.876.000</u>	<u>16.876.000</u>	<u>100,00%</u>

(1) Entre 2024 e 2025, a Sociedade recomprou a integralidade das quotas de determinados ex-sócios, totalizando a recompra de 4.400.000 quotas até a presente data. As quotas recompradas permanecerão em tesouraria até que a administração decida pela sua utilização, revenda ou cancelamento.

16. Receita operacional líquida

	<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita revenda de energia elétrica	689.484	756.888	704.618	765.393
Receita prestação de serviços	117	167	24.597	20.464
Impostos incidentes s/ vendas	(76.023)	(74.747)	(79.720)	(77.864)
	<u>613.578</u>	<u>682.308</u>	<u>649.495</u>	<u>707.993</u>

17. Custo de energia comprada e serviços prestados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Compra de energia elétrica	(608.732)	(676.296)	(614.084)	(680.876)
Depreciação	(208)	(117)	(1.955)	(489)
	<u>(608.940)</u>	<u>(676.413)</u>	<u>(616.039)</u>	<u>(681.365)</u>

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais, comerciais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e administradores	(12.579)	(9.626)	(17.518)	(14.545)
Despesas com ocupação	(1.083)	(978)	(1.415)	(1.279)
Utilidades e serviços	(174)	(111)	(302)	(115)
Impostos, taxas e contribuições	(918)	(640)	(1.218)	(899)
Serviços de terceiros	(4.000)	(2.511)	(4.905)	(3.420)
Outros	(1.181)	(731)	(1.279)	(867)
	<u>(19.935)</u>	<u>(14.597)</u>	<u>(26.637)</u>	<u>(21.125)</u>

19. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(22)	(14)	(71)	(139)
Comissão de fiança	(190)	-	(49)	(884)
Juros sobre empréstimos	(1.234)	(1.994)	(2.539)	(2.178)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(203)	-
Variações cambiais passivas	-	-	(472)	(1.925)
Resultado com Derivativos Swap - AVJ	-	-	(600)	-
Debêntures	-	-	(1.671)	-
Outras despesas financeiras	(58)	(57)	(137)	(117)
	<u>(1.504)</u>	<u>(2.065)</u>	<u>(5.742)</u>	<u>(5.243)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.295	641	2.277	1.261
Juros ativos	263	92	280	93
Resultado com Derivativos Swap - AVJ	-	-	-	1.827
Outras receitas financeiras	14	87	74	108
	<u>1.572</u>	<u>820</u>	<u>2.631</u>	<u>3.289</u>
	<u>68</u>	<u>(1.245)</u>	<u>(3.111)</u>	<u>(1.954)</u>

20. Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido

a) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi constituída com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral que exceder a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). A Contribuição Social é calculada sobre o lucro tributável ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro real		
Resultado do exercício antes do IR e CSLL	21.808	23.216
Adições - Provisão de venda e compra de energia	32.361	8.539
Adições - outros	4.362	3.915
Adições - contratos futuros	3.144	795
Exclusões - Provisão de venda e compra de energia	(30.034)	(10.795)
Exclusões - outros	(34.165)	(29.592)
Exclusões - contratos futuros	(9.832)	(8.554)
Prejuízo fiscal exercício	-	-
Base de cálculo	(12.356)	(12.476)
Compensação 30%	(152)	-
Base tributável	(13.446)	(12.476)
Benefício fiscal - Lei do Bem (1)	126	384
Imposto de Renda - 15%	(189)	(84)
Adicional do imposto de renda - 10%	(89)	-
Contribuição social - 9%	(112)	(40)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(264)	260

- (1) A controlada direta Paraty O&M obteve o benefício fiscal da Lei do Bem, nos termos da Lei nº 11.196/2005, conforme validação de entrega do formulário ao MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação.

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro presumido		
Faturamento	26.062	14.242
Base tributável - 32%	8.340	4.557
Outras Receitas Tributáveis	667	210
Total Base Cálculo	9.007	4.767
Imposto de Renda - 15%	(1.337)	(715)
Adicional do Imposto de Renda - 10%	(721)	(403)
Contribuição social - 9%	(802)	(429)
IR e CSLL - Lucro presumido	(2.860)	(1.547)
Resumo: IR e CSLL Corrente (Consolidado)	2025	2024
Lucro Real	(264)	260
Lucro Presumido	(2.860)	(1.547)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(3.124)	(1.287)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	2025	2024
Controladora		
Resultado de instrumentos financeiros	23.843	17.155
Provisão de venda de energia	18.563	45.042
Provisão de compra de energia	(18.584)	(42.736)
Base tributável	23.822	19.461
Imposto de renda - 15%	(3.573)	(2.919)
Adicional do imposto de renda - 10%	(2.382)	(1.946)
Contribuição social - 9%	(2.144)	(1.751)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(8.100)	(6.617)

21. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos:

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Risco de crédito

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise criteriosa das capacidades financeiras, técnicas e comerciais de cada uma de suas contrapartes considerando, entre outros fatores, a situação financeira, experiência e reputação dos sócios e diretores e alavancagem financeira e operacional. A exposição a riscos de crédito é acompanhada de forma recorrente pela diretoria da Empresa. As provisões para devedores duvidosos foram integralmente deduzidas dos instrumentos financeiros da Empresa.

b) Valor justo dos contratos de energia

Como descrito na nota explicativa nº 3.5, a Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com determinadas contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante de R\$ 23.843 (em 2024 R\$ 17.155), líquido de PIS/COFINS, foi reconhecida na rubrica "Resultado do valor justo dos contratos de energia".

PARATY ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos Financeiros (Contratos futuros)		
	2025	2024
Ganho temporário - circulante	75.570	63.275
Ganho temporário - não circulante	79.385	31.325
	<u>154.955</u>	<u>94.601</u>
Perda temporária - circulante	(72.300)	(58.011)
Perda temporária - não circulante	(58.812)	(19.435)
	<u>(131.112)</u>	<u>(77.446)</u>
Resultado líquido	<u>23.843</u>	<u>17.155</u>
Movimentação do resultado:		
Reversão do exercício anterior	(17.155)	(9.396)
Provisão do exercício corrente	23.843	17.155
DRE:	<u>6.688</u>	<u>7.759</u>

MWh - Volume de Energia			
Ano	Vendas	Compras	Exposição
Até Dez/2026	(283.057)	277.203	(5.854)
Após Jan/2027	(2.064.692)	1.720.264	(344.428)
Long/(Short)	<u>(2.347.748)</u>	<u>1.997.467</u>	<u>(350.281)</u>

c) Instrumentos financeiros por categoria de valor de mercado e contábil

O CPC 40 determina que a Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros em sua posição patrimonial e financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	154.955	94.601	154.955	94.601
Custo amortizado	154.955	94.601	154.955	94.601
Caixa e equivalentes de caixa	12.426	12.387	24.863	21.974
Consumidores, concessionárias e permissionárias	19.426	45.596	22.767	48.011
	<u>31.852</u>	<u>57.983</u>	<u>47.631</u>	<u>69.985</u>
Passivo				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	(131.112)	(77.446)	(131.112)	(77.446)
	<u>(131.112)</u>	<u>(77.446)</u>	<u>(131.112)</u>	<u>(77.446)</u>
Custo amortizado				
Fornecedores	(23.614)	(44.259)	(23.877)	(46.746)
Empréstimos e financiamentos	(4.375)	(11.875)	(54.189)	(39.363)
	<u>(27.989)</u>	<u>(56.134)</u>	<u>(78.066)</u>	<u>(86.109)</u>

22. Contingências

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Empresa não possuía processos contingentes que necessitem ser provisionados e/ou divulgados nas demonstrações contábeis.

23. Eventos Subsequentes

Até a publicação dessas demonstrações contábeis, a controlada indireta Alta Energia - Savassi Ltda. levantou R\$ 94.261 com a colocação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no mercado de capitais, atrelados a um contrato de locação de imóvel próprio com características de Build-to-Suit de longo prazo, sendo os recursos provenientes de tal securitização administrados pela securitizadora e liberados para a Alta Energia conforme avanço de obras, atestado por empresa especializada em monitoramento de obras contratada para este fim. Os recursos descritos, aplicados na obra, compõem patrimônio separado, regulado nos termos do CRI.